



**Ambiente & Educação**  
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533

Volume 26 | nº 1 | 2021

Artigo recebido em: 10/08/2020

Aprovado em: 09/01/2021

### Paula Thaise Bermudez dos Reis

[Mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Educação e Divulgação Científica pelo Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro.]

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7858-9714>

### Gabriela Ventura da Silva do Nascimento

[Doutora em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro.]

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3336-640X>

## ÁREAS VERDES PARA QUEM? REFLEXÕES SOBRE A DIVULGAÇÃO DO TEMA “ÁREAS VERDES NA BAIXADA FLUMINENSE” EM NOTÍCIAS DA INTERNET

Green areas for whom? reflections on the dissemination of the theme “green areas in the baixada fluminense” in internet news

### Resumo

No contexto do projeto “Baixada Verde”, a pesquisa objetivou refletir sobre a divulgação do tema “áreas verdes na Baixada Fluminense” a partir de dois textos de jornais de grande circulação, disponíveis na internet. Sob o aporte teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso, analisamos os textos a partir do seu significado representacional. Observamos o uso de estratégias discursivas para apresentar como interesse da coletividade o que interessa a apenas algumas pessoas ou grupos. As áreas verdes foram representadas majoritariamente por seu potencial ecoturístico, sendo ignorada a sua importância socioambiental e em saúde pública. A partir das análises, apontamos subsídios para ações em educação ambiental crítica que busquem dar visibilidade às questões socioambientais relacionadas às áreas verdes nessa região.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Crítica; Áreas verdes; Análise crítica do discurso; Baixada Fluminense.

## Abstract

In the context of the “Baixada Verde” project, the research aimed to reflect on the dissemination of the theme “green areas in the Baixada Fluminense” from two texts of widely circulated newspapers, available on the internet. Under the theoretical-methodological contribution of Critical Discourse Analysis, we analyzed the texts based on their representational meaning. We observed the use of discursive strategies to present as the interest of the community to what really interests only a few people or groups. The green areas were mainly represented by their ecotourism potential, being ignored their socio-environmental and public health importance. Based on the analyses carried out, we point out subsidies for actions in critical environmental education that seek to give visibility to socio-environmental issues related to green areas in this region.

**Keywords:** Critical Environmental Education; Green areas; Critical Discourse Analysis; Baixada Fluminense.

## Introdução

A maior parte da população mundial se concentra nas cidades (DESA, 2018), onde a falta de infraestrutura e a periferização são realidades vivenciadas por muitos cidadãos. Ao viver nesses ambientes urbanos, o homem passou a habitar em espaços reduzidos, conviver com barulho e restringir seu contato com a natureza (CARVALHO, 2008).

Frente a esta crescente urbanização, é cada vez mais importante a existência das áreas verdes. Essas possuem a capacidade de proporcionar melhores condições ambientais, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida das pessoas, devido às suas funções sociais, ecológicas, estéticas e educativas (LOBODA e ANGELIS, 2009; SILVA et al., 2016).

Apesar da sua importância, não há uma definição consensual do termo área verde. Segundo Bargas e Matias (2011), a falta desse acordo se evidencia na dificuldade para o mapeamento, classificação e comparações entre os índices de áreas verdes de diferentes localidades. Para os autores, as áreas verdes urbanas são uma categoria de espaço livre urbano composto por vegetação arbórea e arbustiva (inclusive pelas árvores das vias públicas, desde que essas atinjam um raio de influência que as capacite a exercer as funções de uma área verde), com solo livre de edificações ou coberturas impermeabilizantes, de acesso público ou não, e que exerçam minimamente as funções ecológicas, estéticas e de lazer. Já para Lima et al. (1990), Cavalheiro et al. (1999) e Sanches (2014), as

áreas verdes urbanas devem ter essencialmente um caráter público e desempenhar funções ecológicas, ambientais e de lazer, excluindo assim desse termo áreas vegetadas sem funções ecológicas e fragmentos de mata inacessíveis à comunidade. Ainda há documentos em que a definição do termo não é abordada, como ocorre no Caderno Metropolitano (RIO DE JANEIRO, 2017), impossibilitando a compreensão do que é considerado área verde de acordo com o documento. Segundo Scifoni (1994), a ausência de conceituação do termo contribui, muitas vezes, para manipulação e distorção de dados.

A escassez de áreas verdes é um problema que atinge diversas cidades brasileiras. De acordo com Sanches (2014), a ausência de espaços vegetados está relacionada a problemas como especulação imobiliária, e também é derivada da deficiência de políticas públicas<sup>1</sup>. A distribuição dessas áreas se dá muitas vezes, de forma desproporcional, beneficiando predominantemente comunidades de maior poder aquisitivo, sendo o acesso ao espaço verde cada vez mais reconhecido como uma questão de justiça ambiental<sup>2</sup> (WOLCH et al. 2014).

Para que se busquem soluções para um problema é necessário que ele seja notado, estudado, divulgado e debatido pela população. Assim, nesta pesquisa, pretende-se analisar a forma como é abordado o tema das áreas verdes na Baixada Fluminense (BF) em jornais de grande circulação, uma vez que um dos municípios da região, São João de Meriti (SJM), possui índice nulo de áreas verdes (RIO DE JANEIRO, 2017).

Este trabalho se origina a partir da inquietação com a contradição discursiva que envolve o termo “Baixada Verde”, criado e difundido com vistas ao incremento do turismo na região, mascarando a inexistência e/ou índices irrisórios de áreas vegetadas nos seus municípios. O movimento de denominação da

---

<sup>1</sup> Políticas públicas são ações governamentais voltadas ao atendimento de acuradas necessidades da população (GELINSKI e SEIBEL, 2008).

<sup>2</sup> De acordo com Acselrad (2002, p. 28), “A noção de justiça ambiental promove uma articulação discursiva distinta daquela prevaecente no debate ambiental corrente - entre meio ambiente e escassez. Neste último, o meio ambiente tende a ser visto como uno, homogêneo e quantitativamente limitado. A ideia de Justiça, ao contrário, remete a uma distribuição equânime de partes e à diferenciação qualitativa do meio ambiente. (...) A denúncia da desigualdade ambiental sugere uma distribuição desigual das partes de um meio ambiente de diferentes qualidades e injustamente dividido”.

Baixada Fluminense como Baixada Verde, fomentado pelo Plano Estratégico da Baixada Verde (RIO DE JANEIRO, 2018), pode contribuir para ocultar a injustiça ambiental<sup>3</sup> na distribuição desigual destes espaços vegetados na região.

A realização desta pesquisa é fundamental para compreender como tem sido abordado o problema socioambiental da ausência ou escassez de áreas verdes em municípios fluminenses. Dessa forma, buscamos responder aos seguintes questionamentos: Como é divulgada a temática das áreas verdes na Baixada Fluminense em sites de notícias? Mediante a informação de que SJM possui o índice zero de áreas verdes, Nilópolis: 1,91% e Queimados: 4,25%, como é feita (e se é feita) a divulgação dessas especificidades? A partir das análises realizadas e sob o aporte teórico da Educação Ambiental Crítica, apontamos subsídios para ações de Educação Ambiental acerca da temática das áreas verdes na Baixada Fluminense.

Para tanto, analisamos as representações discursivas do tema das áreas verdes na Baixada Fluminense nos textos de duas reportagens veiculadas na Internet, publicadas a partir de 2017, ano em que o Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou a cartilha denominada Caderno Metropolitano, em que estão disponíveis informações sobre áreas verdes no Estado. Buscamos ainda refletir sobre como as representações discursivas sobre as áreas verdes na Baixada Fluminense nas notícias podem contribuir para uma compreensão acerca da ausência e/ou dos índices irrisórios de áreas verdes na BF.

A análise crítica do discurso (ACD) foi adotada neste trabalho como caminho teórico-metodológico, entendendo que esse referencial possibilita refletir sobre as transformações sociais atuais, a partir do papel do discurso nesses processos (CHIAPELLO e FAIRCLOUGH, 2002). A ACD enfoca na relação dialética entre discurso e sociedade, entendendo o discurso como um elemento constitutivo da prática social. O discurso é forma de ação e intervenção no mundo e através dele os indivíduos constroem sua realidade social, agem em condições histórico-sociais e nas relações de poder nas quais operam (FAIRCLOUGH,

---

<sup>3</sup> As áreas verdes nem sempre são distribuídas equitativamente, sendo o acesso ao espaço verde urbano e seus efeitos promotores de saúde e/ou proteção distribuídos de forma desproporcionalmente vantajosa ou desfavorável com base na raça, etnia ou classe social (WOLCH et al. 2014).

2001). Dessa maneira, podemos dizer que o discurso é capaz de provocar transformações em uma sociedade, uma vez que ele não é apenas reflexo desta, mas também é construtor.

Ao analisarmos as ideologias e valores disseminados nos discursos que circulam na sociedade, podemos compreender melhor a realidade que nos cerca, sendo “possível oferecer novas formas de entender a realidade, buscando-se desvelar ideologias e valores vigentes nos discursos que circulam na sociedade” (QUEIROZ e FREIRE, 2014: 2).

Esta pesquisa torna-se importante por abordar uma problemática relevante em termos de saúde pública e ambiental na Baixada Fluminense, em relação à ausência de áreas verdes em São João de Meriti e aos índices irrisórios dessas em outros municípios da região, como Nilópolis e Queimados (RIO DE JANEIRO, 2017). Acreditamos que o uso e divulgação do termo “Baixada Verde” (em referência ao elevado índice de áreas protegidas em Nova Iguaçu e Mesquita) é empregado de forma generalista, invisibilizando a problemática socioambiental da inexistência de áreas verdes no município de SJM, bem como o índice irrisório dessas em municípios vizinhos.

A Baixada Fluminense carece de estudos referentes aos impactos causados por uma urbanização e crescimento urbano sem nenhum controle, o que ocasionou diversos prejuízos que são sentidos diariamente pela população (ALMEIDA e FERNANDES, 2014). De acordo com os autores, “a academia tem que olhar mais para essas localidades” (p. 41). A pesquisa, ao refletir sobre a divulgação desta temática na região, pode gerar subsídios para fomentar ações e a elaboração de estratégias para divulgação científica que favoreçam novas leituras frente à realidade socioambiental.

### **Áreas verdes: aspectos históricos e importância**

Historicamente, as áreas verdes urbanas nascem a partir da prática da jardinagem no Egito e na China, de forma independente. Nos jardins do Egito antigo reproduzem-se, em escala menor, os sistemas de irrigação utilizados na agricultura, com a função principal de propiciar conforto térmico nas residências.

Já na China, destacam-se os jardins de fins religiosos (LOBODA e ANGELIS, 2005).

É na Grécia onde as áreas verdes assumem pela primeira vez a função pública de passeio, conversa e lazer da comunidade (LOBODA e ANGELIS, 2005). Nesse contexto, os primeiros parques surgem na Europa por volta do século XVI e chegam à América como forma de urbanização e consolidação dos espaços urbanos com a finalidade de aproximar o homem e a natureza (SEGAWA, 1996).

No Brasil, a presença de áreas verdes se remete aos primeiros séculos da colonização, vislumbrando as potencialidades econômicas, voltadas à organização de jardins e passeios públicos para atender principalmente aos interesses da coroa portuguesa (TOLEDO e SANTOS, 2012; CARVALHO, 2015). Apenas no final do século XX há interesse político pela implantação de parques públicos influenciado pela crescente urbanização do país, que levou a grande maioria da população a residir em cidades, levando a implantação desses espaços verdes em aglomerados urbanos, cujos serviços ambientais possuem implicações ecológicas e sociais (MACEDO e SAKATA, 2010).

As áreas verdes são necessárias não apenas em termos ecológicos, mas também no que diz respeito à saúde pública. Esses espaços possuem grande importância como refúgios da biodiversidade, uma vez que muitas espécies buscam em fragmentos urbanos recursos para a sua sobrevivência (ERNSTSON et al., 2010). Já para a saúde e qualidade de vida no ambiente urbano, as áreas verdes são imprescindíveis por atuarem promovendo o bem-estar, as práticas esportivas, uma maior socialização e o estímulo a identificação da comunidade com o local (CHADDAD, 2000, apud SANCHES, 2014). Além disso, possuem relevância pela atenuação da poluição sonora, filtragem das partículas sólidas em suspensão no ar e na formação e aprimoramento do senso estético (LOBODA e ANGELIS, 2005). A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que em zonas urbanas deva haver um mínimo de 9 m<sup>2</sup> de área verde por habitante, sendo que o índice ideal fica compreendido no intervalo de 10 a 16 m<sup>2</sup> (SINGH et al., 2010; FUADY; DARJOSANJOTO, 2012; NOOR et al., 2013; KARAGIANNIS et al., 2014 apud SILVA et al. 2016). Estimativas recentes mostram que a inatividade

física, associada à baixa mobilidade e falta de acesso a áreas de lazer, representa 3,3% das mortes globais (WHO, 2012).

As áreas verdes também são uma questão de justiça ambiental, visto que em muitas cidades, bairros de baixa renda – lugares onde os desafios de saúde pública tendem a ser os mais críticos – geralmente têm acesso relativamente pobre a parques e outros tipos de espaços abertos, seguros e bem conservados (WOLCH et al. 2014).

Apesar da importância em termos ecológicos, sociais e de saúde pública, como os mencionados, a escassez das áreas verdes é um problema comum a diversos centros urbanos, principalmente naqueles de nível socioeconômico mais baixo e que sofrem uma urbanização intensa nos moldes do loteamento popular e autoconstrução (SIMÕES, 2011). A seguir apresentamos um panorama das áreas verdes na Baixada Fluminense, uma região do país altamente urbanizada.

### *Áreas verdes na Baixada Fluminense: presente, passado e futuro*

No estado do Rio de Janeiro foi feito um mapeamento das áreas verdes nos municípios da Região Metropolitana. Esta, composta por 21 cidades, possui 36,27% do território ocupado por áreas verdes (RIO DE JANEIRO, 2017). O que chama a atenção nesse estudo é o irrisório percentual de áreas verdes de alguns dos municípios, a saber: Queimados (4,25), Nilópolis (1,91) e São João de Meriti (0,0)<sup>4</sup>. Esses municípios fazem parte da Baixada Fluminense, região que é representada no brasão do Estado do Rio de Janeiro como uma faixa na cor verde (BERG, 2015; RIO DE JANEIRO, 1965).

Segundo Simões (2011), os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são apontados como núcleos da Baixada Fluminense, sendo Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri considerados pela

---

<sup>4</sup> São João de Meriti possui 0,13% do seu território protegido por uma Unidade de Conservação (UC). Apesar disso, há 0% de área verde. É importante ressaltar que a mera existência de espaços vegetados não significa que haja área verde, uma vez que para ser considerada como tal se faz necessário que possa ser utilizada pela população. O Parque Municipal Natural Jardim Jurema, UC Meritiense, não pode ser visitada pelos cidadãos por motivo da violência na região. No passado, o local possuía importância para a prática de cultos de matriz africana, mas atualmente é dominado pelo tráfico de drogas, sendo inviável usufruir dos serviços ambientais, culturais, e religiosos por ela prestados.

maioria dos estudiosos como parte integrante da Baixada (estes fazem parte da Baixada Núcleo). Já os municípios de Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi, nem sempre são inseridos como tal (Baixada Ampliada).

Na Tabela 1, são apresentados em ordem crescente, os percentuais de áreas verdes por municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com enfoque na região da Baixada Fluminense.

**Tabela 1.** Áreas verdes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Município	Percentual de Área Verde no município	Área Verde (km <sup>2</sup> )	Observações
São João de Meriti	0,00	0,00	Baixada Núcleo
Nilópolis	1,91	0,37	Baixada Núcleo
Queimados	4,25	3,22	Baixada Núcleo
Belford Roxo	8,78	6,93	Baixada Núcleo
Seropédica	10,93	28,99	Baixada Ampliada
Japeri	16,35	13,35	Baixada Núcleo
Itaboraí	21,06	90,47	Não faz parte da Baixada Fluminense
São Gonçalo	22,82	56,70	Não faz parte da Baixada Fluminense
Rio de Janeiro	30,08	361,02	Não faz parte da Baixada Fluminense
Tanguá	32,46	46,42	Não faz parte da Baixada Fluminense
Rio Bonito	34,53	158,67	Não faz parte da Baixada Fluminense
Niterói	37,75	50,48	Não faz parte da Baixada Fluminense
Itaguaí	40,64	114,73	Baixada Ampliada
Paracambi	43,71	83,46	Baixada Ampliada
Maricá	44,63	161,34	Não faz parte da Baixada Fluminense

Duque de Caxias	45,88	214,30	Baixada Núcleo
Nova Iguaçu	50,90	265,09	Baixada Núcleo
Mesquita	51,87	21,36	Baixada Núcleo
Guapimirim	54,09	193,84	Baixada Ampliada
Magé	58,71	229,40	Baixada Ampliada
Cachoeiras de Macacu	70,50	672,98	Não faz parte da Baixada Fluminense

Fonte: Simões, 2011; Rio de Janeiro, 2017. Adaptado.

Simões (2011), em sua obra intitulada “Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense”, apresenta diversas definições para o termo “Baixada Fluminense”. Da mesma forma, Silva (2013), em “De recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história”, aborda a diversidade de nomes dados a região ao longo do tempo. A autora mostra como a estreita relação da Baixada Fluminense com a cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil de 1763 a 1960, foi sendo modificada, deixando de ser o “cinturão verde” da Metrópole e chegando a ser considerada uma ameaça. Os registros históricos mostram que os vínculos com a Metrópole foram tecidos de forma subalterna. É apresentado na obra como a Baixada, vista como sertão e fronteira econômica que precisava ser explorada, foi se tornando menos interessante e abandonada a seus próprios recursos. Já no final do século XX, a Baixada Fluminense passa a ser conhecida como o espaço de pobreza e violência, conforme Simões (2011: 19):

Nas décadas de 1960 e 1970, o senso comum e a imprensa criaram o conceito de Baixada Fluminense como o lugar da pobreza, das carências, da violência, do banditismo e dos grupos de extermínio. É quando o termo ganha um caráter pejorativo e estigmatizador que acompanha a região até os dias de hoje.

Em contraste com o estigma do abandono por parte do poder público, violência urbana e péssimas condições de vida, há a partir da década de 90, um movimento para a reelaboração da imagem da Baixada Fluminense por parte da mídia impressa, que passa a produzir reportagens para ressaltar aspectos positivos na vida da Baixada (ENNE, 2003).

Os municípios da região possuem em comum um histórico ligado aos portos fluviais e caminhos que ligavam o Rio de Janeiro ao interior do país e uma ocupação recente baseada nos loteamentos populares próximos aos ramais ferroviários e suas estações (SIMÕES, 2011). O que acontece na Baixada é um reflexo do que ocorre em todo o país, em que em face da supervalorização dos terrenos urbanos mais centrais e valorizados, a alternativa viável de moradia para a população pobre são áreas mais acessíveis economicamente que se localizam na periferia, onde há nenhuma infraestrutura, estimulando-se assim, o desmatamento e o crescimento horizontal da cidade ou a ocupação de terras públicas que devem ser preservadas permanentemente (SANCHES, 2014).

Essa ocupação da Baixada Fluminense deu-se de forma irregular, com a existência de áreas densamente ocupadas ao lado de imensos vazios quase absolutos (SIMÕES, 2011). Segundo o autor, o processo de ocupação da Baixada alterou seu ambiente natural preservando somente as áreas mais íngremes e/ou elevadas, principalmente pela inviabilidade econômica e tecnológica de ocupá-las, e também pela criação de políticas de proteção a essas áreas. Dessa forma, nesse processo de ocupação irregular, a região da Baixada, além de abrigar os municípios com menor índice de áreas verdes do Estado, também apresenta outros de grande importância ecológica pela existência de unidades de conservação, como Nova Iguaçu, Mesquita, Magé e Guapimirim, que possuem mais de 50% de seus territórios caracterizados como áreas verdes. Duque de Caxias também se destaca neste quesito. O município, que tem um total de 464,6 quilômetros quadrados, tem 44% de área verde (RIO DE JANEIRO, 2017).

Visando ressaltar esses atributos positivos da região, há um projeto (em andamento) que objetiva que "Baixada Verde" seja a denominação da Baixada Fluminense (O DIA, 2017). O novo nome é fruto de uma iniciativa da Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro e passará a constar nos guias turísticos oficiais. O projeto Baixada Verde surgiu no ano de 2017, em uma reunião do Fórum Estadual de Secretários de Turismo, recebendo o apoio do estado, das prefeituras e do setor empresarial. O projeto conta ainda com a parceria da Universidade Federal Rural Fluminense – Campus Nova Iguaçu. Desde sua criação, através da articulação entre os setores supracitados, algumas atividades

já foram desenvolvidas, dentre elas, a pesquisa e o mapeamento de pontos turísticos da região (UFRRJ, 2019).

“Baixada Verde” inclui dez municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Os municípios da Baixada Ampliada: Guapimirim, Itaguaí e Paracambi foram incorporados às Regiões Turísticas da Serra Verde Imperial, Costa Verde e Vale do Café, respectivamente. Essa regionalização se refere apenas para as regiões turísticas. Vale lembrar que a delimitação de uma região é sempre arbitrária e envolve conflitos (SIMÕES, 2007 e 2011).

A divulgação do nome Baixada Verde pode proporcionar maior visibilidade para a região no cenário do turismo estadual, uma vez que ali são encontrados parques, reservas ambientais e estações ecológicas com potencial turístico. Por outro lado, essa mudança discursiva, pode acabar mascarando os dados citados anteriormente, referentes à escassez ou ausência de áreas verdes em alguns de seus municípios e os problemas socioambientais subjacentes.

Cruz (2015) realizou um estudo sobre a divulgação científica no entorno de uma das unidades de conservação da Baixada Fluminense, destacando a importância da educação ambiental nesse cenário, que carece de uma leitura crítica de sua realidade por parte dos cidadãos. A seguir serão abordados os principais conceitos relativos à educação ambiental, com enfoque em sua perspectiva crítica.

### **O que é educação ambiental crítica?**

A Educação Ambiental Crítica (EAC) é aquela que compreende os problemas ambientais considerando as pessoas como sujeitos históricos, dando importância ao contexto social. A EAC possui uma concepção de educação como instrumento de transformação social, é problematizadora e dialógica (LOUREIRO, 2002). Para tanto, busca realizar uma análise da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a

desigualdade e os conflitos socioambientais (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013).

A EAC se insere no cenário atual do campo da educação ambiental como uma macrotendência, que se opõe à Educação Ambiental Conservacionista e à Educação Ambiental Pragmática (LAYRARGUES e LIMA, 2011). A Educação Ambiental Conservacionista e a Educação Ambiental Pragmática são expressões conservadoras da educação ambiental, uma vez que não questionam a estrutura social vigente e adotam uma perspectiva estritamente ecológica da questão ambiental (LOUREIRO e LAYRARGUES, 2013). Para os autores, a educação ambiental conservadora não leva em consideração as dimensões sociais, políticas e ideológica dos conflitos socioambientais, reduzem a complexidade do fenômeno ambiental a uma mera questão de inovação tecnológica e reduzem os humanos à condição de causadores e vítimas da crise ambiental. De forma distinta, a EAC instiga a investigar e considerar os aspectos de cunho político, econômico e social que também se caracterizam como determinantes na construção e no entendimento dos conhecimentos (OLIVEIRA e GUIMARÃES, 2014).

De acordo com Oliveira e Guimarães (2014), na EAC, o termo "ambiental" se refere a um sistema de relações e interações (de base natural e social), definido pelos modos de sua apropriação pelos diversos grupos, populações e interesses sociais, políticos e culturais que aí se estabelecem. Assim, a EAC é aquela que possibilita um olhar mais amplo dos conflitos socioambientais, uma vez que estes não ocorrem de forma descolada das relações sociais e interesses políticos. De acordo com Loureiro (2002), a EAC é um instrumento estratégico na formação de uma consciência crítica das relações sociais e de produção que situam o ser humano na natureza.

O discurso tem sido uma preocupação de pesquisadores e educadores ambientais devido ao entendimento de que certos mecanismos discursivos são utilizados para mascarar conflitos socioambientais.

Muitas das relações entre a linguagem e as estruturas sociais são opacas, ou pouco visíveis, passando despercebidas pelos indivíduos, sendo fundamental o exercício de analisá-las (MELO, 2011). Ainda de acordo com o autor, os textos refletem relações de poder e ideologia (constituída por formas de ver o mundo), contribuindo para manter ou mudar os sistemas de poder e dominação. Sob o aporte teórico na Análise Crítica do Discurso (ACD), há diversos estudos acerca das representações discursivas sobre ciência, tecnologia e crise ambiental (Freire, 2010; Queiroz e Freire, 2014; Ventura e Freire, 2017; Ventura e Freire, 2018). Ventura e Freire (2017), através de uma análise discursiva da Carta Política do VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, identificaram alguns sentidos produzidos nesse documento, os quais desvelam discursos que limitam a capacidade de superação da crise socioambiental e que mantêm as relações de dominação e exploração que conformam essa crise.

Através da ACD, Ventura e Freire (2018) identificaram em textos curriculares das disciplinas de Física, Química e Biologia da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, a eufemização, a simbolização da unidade e o apagamento dos agentes sociais como mecanismos discursivos que podem contribuir para a dissimulação da crise socioambiental e a naturalização das injustiças ambientais por ela conformadas.

### **Caminhos da pesquisa**

Esta é uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, que se aporta na Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2016) para analisar as representações discursivas do tema áreas verdes na Baixada Fluminense em duas notícias de jornais de grande mídia, disponíveis na internet. Não há um modelo padrão para a prática da ACD, sendo ela, abordada de diversas maneiras, de acordo com a natureza do projeto (FAIRCLOUGH, 2001). Adotamos nesta pesquisa um andarilhar metodológico na ACD semelhante a Ventura (2017) e Ventura e Freire (2018), detalhado em Reis (2019).

Os textos analisados nesta pesquisa foram:

- a) Texto 1: “**Baixada Verde: Região vai ter incentivo no ecoturismo**”, do jornal O Dia, publicada em 13/08/2017 e disponível em <[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/rio-de-janeiro/2017-08-13/baixada-verde-regiao-vai-ter-incentivo-no-ecoturismo.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-08-13/baixada-verde-regiao-vai-ter-incentivo-no-ecoturismo.html)>;
- b) Texto 2: “**Com diversas áreas verdes, Baixada Fluminense entra no roteiro de ecoturismo do estado**”, do jornal Extra, publicada em 16/08/17 e disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/rio/com-diversas-areas-verdes-baixada-fluminense-entra-no-roteiro-de-ecoturismo-do-estado-21709987.html> >.

As notícias selecionadas foram disponibilizadas em dois jornais brasileiros de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, que apresentam versões impressas e online, sendo importantes fontes de informação ao público em geral. Ambas as notícias foram publicadas em agosto de 2017, após a divulgação do Caderno Metropolitano, um marco teórico importante para o projeto “Baixada Verde”.

Os textos foram analisados conforme o **significado representacional do discurso** (FAIRCLOUGH, 2016), considerando aspectos linguísticos e gramaticais. Nessa análise foram identificados como foram representados os seguintes temas: a) a Baixada Fluminense; b) a “Baixada Verde”; e c) as Áreas Verdes. As representações discursivas foram analisadas a partir de três principais tipos de **elementos dos eventos sociais**: processos, participantes e circunstâncias<sup>5</sup> (VENTURA e FREIRE, 2018).

As análises discursivas foram realizadas em uma **abordagem relacional**, levando-se em consideração as **relações internas e externas dos textos**. As relações internas foram analisadas por meio das propriedades linguísticas (vocabulário e aspectos gramaticais). As relações externas foram avaliadas através da intertextualidade. A intertextualidade refere-se aqui a como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes

---

<sup>5</sup> “Os processos expressam uma ação, um evento, um estado, um processo, um sentimento, um existir. Os participantes são os elementos que se associam aos processos para indicar quem age, sente, existe, fala, encontra-se em dado estado. Já as circunstâncias são representadas por meio de elementos que exprimem modo, tempo, lugar, entre outros” (SILVA, 2009).

(FAIRCLOUGH, 2001). Assim, observamos as relações intertextuais estabelecidas com o Caderno Metropolitano nas notícias analisadas. Quanto às relações intertextuais, foram identificados conforme Fairclough (2003): (a) os elementos dos eventos presentes ou ausentes, silenciados ou salientados; (b) os graus de abstração/generalização dos eventos; (c) o modo como os eventos são ordenados; (d) a adição de aspectos na representação dos eventos (explicação, legitimação, objetivos ou avaliação).

### **Os discursos sobre as áreas verdes na baixada fluminense**

A partir do entendimento de que os discursos podem dissimular a crise socioambiental e naturalizar as injustiças ambientais dela decorrentes (VENTURA e FREIRE, 2018), realizamos uma análise discursiva nos dois textos selecionados. Nossa premissa é que ao analisar os discursos sobre as áreas verdes na Baixada Fluminense podemos colaborar para contestar interpretações do senso comum acerca da questão socioambiental na região.

#### *Texto 1: “Baixada Verde: Região vai ter incentivo no ecoturismo”*

Essa notícia, em seu título apresenta o termo “Baixada Verde” como uma região que terá incentivo no ecoturismo e não como um projeto a ser desenvolvido na Baixada Fluminense. O autor já insere o termo em seu vocabulário como um integrante. A escolha por iniciar o texto dessa maneira pode refletir processos sociais mais amplos. De acordo com Fairclough (2001: 230):

Como produtores ou intérpretes de textos, estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas). Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos.

A palavra “verde” tem sido associada ao marketing verde, campo que é propício a criação de novos termos por meio da metáfora evocada pelo adjetivo “verde” (MACIEL e SILVA, 2011). A metáfora é uma figura de linguagem que

produz sentidos figurados por meio de comparações implícitas. Em “Baixada Verde”, a palavra “verde” – associada comumente ao meio ambiente e natureza – pode criar a ideia de uma região arborizada, com parques e áreas de floresta.

As metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais do discurso. Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental. (FAIRCLOUGH, 2001: 241)

O uso recorrente do termo “Baixada Verde” e sua divulgação merecem atenção, uma vez que algumas metáforas são profundamente naturalizadas em uma cultura, de forma que as pessoas deixam de perceber e consideram difícil escapar delas no seu discurso e pensamento, mesmo quando são alertadas sobre elas (FAIRCLOUGH, 2001).

No Trecho 1, apresentado a seguir observa-se novamente a lexicalização, que é a ação de tornar o vocábulo parte do léxico. Até o momento, Baixada Verde é descrito como “região” e “local”.

**Trecho 1:** “Local (Baixada Verde) tem 11% da área natural preservada do total de **36% do estado**”. (O DIA, 2017. Grifo nosso).

Nesse trecho é também possível observar a relação de intertextualidade, uma vez que os dados numéricos são oriundos do estudo publicado no Caderno Metropolitano (RIO DE JANEIRO, 2017). No trecho a seguir (trecho 2) é feita uma menção direta ao estudo.

**Trecho 2:** “De acordo com o estudo — batizado de Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro —, as cidades da Baixada Fluminense possuem extensas áreas naturais preservadas. Nelas podem ser encontrados parques, reservas ambientais ou estações ecológicas que apresentam forte potencial turístico.” (O DIA, 2018).

O estudo foi empregado para legitimar a escolha ou uso do termo “Baixada Verde”. Nessa relação intertextual, observamos o uso do adjetivo “extensas” para se referir às áreas verdes da Baixada Fluminense. A citação indireta do estudo ressalta três importantes atributos das áreas verdes: são grandes áreas, são protegidas e são naturais. Importa ainda assinalar que o trecho cita as cidades da

Baixada Fluminense representando de forma generalista que todos os municípios dessa região possuem tais “extensas áreas naturais preservadas”.

A intertextualidade com o estudo também evidencia o aspecto turístico das áreas naturais pela presença de unidades de conservação (“parques, reservas ambientais ou estações ecológicas”). Apesar da importância ecológica, social e na saúde pública, as áreas verdes são apenas representadas pelo potencial de atrair visitantes, não contemplando sua importância na vida das populações da região, mas sim dos “turistas”.

A menção ao estudo e uso dos recursos numéricos confere legitimidade ao discurso. Apesar disso, há um conflito entre os dados numéricos para a representação das áreas verdes no texto (conforme podemos observar ao comparar as informações apresentadas nos trechos 1 e 3).

**Trecho 3:** “O objetivo é destacar recente estudo realizado pelo governo estadual, que constatou que **a região metropolitana mantém 36,27% de seu território verde conservado**. Do total, 10,96% — cerca de um terço — estão localizados nos 13 municípios que integram a Baixada Fluminense.” (O DIA, 2017. Grifo nosso).

De acordo com Rio de Janeiro (2017), **a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, composta atualmente por 21 municípios, apresenta 36% do território ocupado por áreas verdes**. O conflito entre as informações presentes nos trechos 1 e 3 demonstra que não há muita clareza na representação das áreas verdes da Baixada Fluminense nesse texto. Nesse fragmento (Trecho 3), avalia-se ainda, que há certo grau de abstração e generalização na apresentação dos dados extraídos de Rio de Janeiro (2017). A Baixada Fluminense é representada como “13 municípios”, no entanto, não se diz quais são esses municípios, o que dificulta a compreensão dos dados. O texto também omite o número de municípios da Região Metropolitana (21). Os 13 municípios da Baixada somam mais de metade dos municípios da Região Metropolitana. Porém, apresentam apenas um terço de todo o território verde conservado da Região Metropolitana (21 municípios). É necessário ainda destacar que o projeto “Baixada Verde” engloba apenas 10 municípios.

No Trecho 4, “Baixada Verde” é representado como novo nome, após sua incorporação no texto como “Região” e “Local” já no título da notícia.

**Trecho 4:** “Baixada Verde. Sim, será a futura denominação da Baixada Fluminense. O novo nome é fruto de uma iniciativa da Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro...” (O DIA, 2017).

A criação ou recriação de termos é um aspecto que merece atenção e análise, pois de acordo com Fairclough (2001), a criação de itens lexicais possibilita compreender as perspectivas particulares, a partir de uma visão teórica, científica, cultural ou ideológica mais ampla. O caráter inovador conferido ao termo é um item que merece ser mais bem compreendido, pois houve uma revista intitulada “Baixada Verde”, produzida pela Organização não governamental (ONG) Onda Verde, do Município de Nova Iguaçu. A revista, lançada em 2006, tinha como objetivo promover o debate sobre meio ambiente, especialmente divulgando as ações da ONG e outras questões ambientais de municípios da Baixada Fluminense (CRUZ, 2015). É também necessário analisar detalhadamente aspectos históricos, culturais, sociais, ambientais e ideológicos que envolvem a representação da Baixada Fluminense como a região de cor verde na bandeira do Estado do Rio de Janeiro a partir de 1965. É importante lembrar que o termo “Baixada Verde” fará parte dos guias turísticos fluminenses, não sendo a denominação da região como um todo. No texto da notícia, estão presentes as falas dos seguintes atores: Secretário de Turismo do Estado do Rio de Janeiro; Presidente de uma Associação de moradores de Nova Iguaçu; e Ambientalista e Subsecretário de Meio Ambiente de Nova Iguaçu.

A fala do secretário de Turismo do Estado em exercício no momento da publicação da notícia se destaca por manifestar concretamente o objetivo da adoção do “novo nome” (Trecho 5):

**Trecho 5:** “Segundo o secretário de Turismo do Estado do Rio, Nilo Sergio Felix, **a denominação Baixada Verde vai contribuir para impulsionar o turismo na região, uma vez que entregará nova conotação à região.**” (O DIA, 2017. Grifo nosso).

No Trecho 5, fica evidente que a mudança no discurso, através da adoção do novo termo, tem em suas raízes um caráter ideológico, no sentido de mudar a

leitura da região. Reflete questões de mero cunho econômico, mais especificamente o incremento ao turismo.

No Trecho 6, legitima-se discursivamente a proposta, uma vez que se diz que houve unanimidade na recepção dessa por parte de figuras de autoridade: os prefeitos. Nota-se que há mais uma vez uma representação generalista de toda a Baixada Fluminense através do emprego do pronome indefinido no plural: “todos”.

**Trecho 6:** “todos os prefeitos aprovaram a ideia.” (O DIA, 2017).

É importante destacar que foram silenciadas as falas dos representantes dos demais municípios da BF. Apenas estão presentes no texto falas de representantes de Nova Iguaçu, município que possui a maior extensão de área verde na Baixada (265,09 Km<sup>2</sup>).

A função da representação da Baixada como Verde pelo seu “potencial turístico”, novamente é afirmada conforme o Trecho 7. Nesse excerto, também podemos notar a necessidade de criar uma visão positiva, em contraposição a uma conotação negativa associada à região.

**Trecho 7:** “Baixada Verde nos remete à natureza, ao ecoturismo, cria uma visão positiva”. (O DIA, 2017).

A Baixada Fluminense é representada por seus “atrativos”, como sua posição geográfica e sua rede hoteleira (trecho 8). Por essa representação discursiva a região se restringe ao potencial de gerar lucro e à sua localização estratégica de proximidade à capital do Estado. Sua população, sua história e suas lutas são invisibilizadas.

**Trecho 8:** “Ainda conforme o secretário, um dos atrativos da Baixada Fluminense é que a região fica a poucos quilômetros da cidade do Rio, porta de entrada dos turistas brasileiros e estrangeiros, facilitando o acesso dos visitantes. Outra característica é a rede hoteleira.” (O DIA, 2017).

Silva (2013) em sua pesquisa sobre as leituras do território da BF através da história assinala que a Baixada tem em suas raízes uma conotação de “sertão” e “fronteira econômica que precisava ser explorada”. A autora observa que, em textos de 1962, a região já era apresentada como “local de passagem”, mostrando grande similaridade a representação contemporânea expressa no

texto jornalístico, em que se ressalta como um aspecto positivo sua rede hoteleira e sua proximidade com a capital fluminense.

No texto sob análise, a fala do presidente da associação de moradores da cidade de “Nova Iguaçu” também é usada para legitimar a incorporação da nomenclatura, tanto por representar uma figura de autoridade, quanto por simbolizar discursivamente a fala da população (Trecho 9).

**Trecho 9:** “A mudança de nome é bem recebida pelo presidente da Associação de Moradores de Jardim Panorama, em Nova Iguaçu, Genilson Vieira. Para ele, a região tem atrativos que podem ser explorados através do ecoturismo. É o caso da Reserva Biológica de Tinguá e do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, com fauna e flora variada, além de trilhas, cachoeiras.” (O DIA, 2017).

O trecho 10 apresenta a fala do secretário de Meio Ambiente de Nova Iguaçu, corroborando com a representação da BF como uma região a ser explorada economicamente.

**Trecho 10:** “Serra do Vulcão deveria ganhar uma estrada decente de acesso ao pico, além de um restaurante panorâmico.” (O DIA, 2017).

Apesar de observarmos, no texto, discursos que representam a região da Baixada Fluminense pelo seu potencial turístico e de forma generalizada, também estão presentes as representações da Baixada como uma região que precisa de investimentos em saúde, educação e segurança, para a promoção de qualidade de vida (trechos 11 e 12).

**Trecho 11:** “ ‘Só que precisamos ter consciência de que a Baixada ainda precisa de um choque de investimentos em Saúde, Educação e Segurança, além de saneamento’, pondera Vieira. (Morador de Nova Iguaçu)” (O DIA, 2017).

**Trecho 12:** “É preciso também um plano estratégico de desenvolvimento para todas as cidades da região, trazendo melhorias na qualidade de vida. “É, claro, que vai ajudar a diminuir o estigma, mas é preciso também pensar na construção de uma nova Baixada”, destaca Vanderlei. (Secretário de meio ambiente de Nova Iguaçu).” (O DIA, 2017).

Tais representações da Baixada Fluminense, além de promoverem uma visão mais ampliada, são importantes por trazer o questionamento quanto à adoção da nova nomenclatura, já que a pura mudança nominal não é capaz de superar os problemas sociais que enfrentam seus moradores.

Em todo o texto, as áreas verdes são representadas apenas pelo viés do ecoturismo, desconsiderando a sua importância social, ecológica, educativa e em termos de saúde pública, o que nos apontam a necessidade de um olhar ampliado e crítico sobre essas áreas, que podem e devem ser alvo de ações em educação ambiental. É necessária a reflexão sobre como as áreas verdes podem estar associadas à qualidade de vida das populações de seus territórios e não ao mero usufruto dos que vêm de fora.

Nos últimos parágrafos do texto (trecho 13) são detalhados diversos elementos sobre uma unidade de conservação localizada em Nova Iguaçu e outras quatro em Duque de Caxias, enfatizando os seus atrativos para o turismo.

**Trecho 13:** “Entre as unidades verdes está o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Criado em 1998, tem cerca de 1,1 mil hectares, onde é possível encontrar várias espécies da fauna e da flora da Baixada Fluminense. Aberto ao público de terça a domingo, das 8 às 17h, o local é muito procurado por visitantes para caminhadas, trilhas e a prática de rapel.

O parque ainda abriga diversas cachoeiras e piscinas naturais. Outro destaque é a rampa de voo livre, localizada a mais de 800 metros de altitude e que permite uma vista panorâmica da cidade de Nova Iguaçu, da Baixada Fluminense e até da Baía de Guanabara e o Cristo Redentor.

Duque de Caxias também tem números que impressionam. A cidade, que tem um total de 464,6 quilômetros quadrados, tem 44% de área verde. Entre as unidades de conservação, o Parque Natural Municipal da Caixa D’Água e o Parque Natural Municipal da Taquara. Outra atração com forte potencial turístico é a Área de Proteção Ambiental do São Bento e a Reserva Biológica do Equitativa — estas têm visitas restritas e apenas para ações de educação ambiental e pesquisas devidamente autorizadas pela Secretaria de Meio Ambiente” (O DIA, 2017).

Na relação de intertextualidade com o Estudo de Rio de Janeiro (2017) são apenas mencionados os números referentes às áreas verdes dos municípios considerados núcleos da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu e Duque de Caxias). Não há qualquer citação a Magé, que é o município com maior percentual de área verde dentre os integrantes do Projeto Baixada Verde; também estão ausentes dados sobre São João de Meriti, com o alarmante índice de 0% de áreas verdes e de todos os outros municípios da região, representando as áreas verdes na região de forma homogeneizada.

**Análise do Texto 2: “Com diversas áreas verdes, Baixada Fluminense entra no roteiro de ecoturismo do Estado”**

No texto 2, a Baixada Fluminense é representada como uma região que possui “diversas áreas verdes”, o que a leva a entrar no roteiro de ecoturismo fluminense. No texto estão presentes as falas dos seguintes atores: diretor de biodiversidade da Secretaria municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias; secretário municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias; secretário estadual de Turismo do Rio de Janeiro; e Secretaria municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo do município de Nova Iguaçu. De forma semelhante ao texto 1, são silenciadas as falas dos moradores dos outros oito municípios que compõem a região que abarca o projeto “Baixada Verde”, que não se restringe, ao menos que teoricamente a Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

O texto possui apresenta aspectos históricos e ecológicos de uma área verde localizada em Duque de Caxias, além da sua importância para os moradores da região enquanto espaço de lazer (Trecho 1).

**Trecho 1:** “Um dos destinos mais procurados pelos caxienses durante os dias quentes de verão, o Parque Natural Municipal da Taquara, no bairro de mesmo nome, acaba de entrar no roteiro de ecoturismo do estado. A área de quase 20 mil hectares abriga diversas cachoeiras, lagos, córregos e é um dos poucos locais onde é possível encontrar o mico-leão-dourado, espécie considerada em extinção... O parque da Taquara ainda mantém duas trilhas históricas da região.” (EXTRA ONLINE, 2017).

Nesse trecho, as áreas verdes são representadas discursivamente de maneira menos restrita ao caráter econômico, como na notícia anterior. Nesse texto, o termo “Baixada Verde” é apresentado como um projeto, diferente do texto anterior, que já o incorporou em seu vocabulário, referindo-se inclusive como uma região do estado do Rio de Janeiro.

A relação de intertextualidade com o Caderno Metropolitano (Rio de Janeiro, 2017) também é manifesta no texto, através dos dados numéricos sobre o município de Duque de Caxias (Trecho 2).

**Trecho 2:** “De acordo com dados do governo estadual, por meio da Câmara Metropolitana, Caxias apresenta 44% de áreas verdes e conta ainda com unidades de conservação, como o Parque Natural Municipal da Caixa D’Água e o da Taquara. Os dois ficam

abertos todos os dias e recebem visitantes gratuitamente.” (EXTRA ONLINE, 2017).

A Baixada Fluminense é representada através da fala do secretário de turismo como uma área que tem potencial de crescimento turístico (Trecho 3).

**Trecho 3:** “Natureza e ecoturismo, grandes atrativos da Baixada, são, de acordo com o Ministério do Turismo, o segundo principal motivo das viagens realizadas por estrangeiros ao Brasil.” (EXTRA ONLINE, 2017).

Na fala do secretário (trecho 3) desconsidera-se que, em primeiro lugar, o território possui uma população que necessita dos serviços ambientais prestados pelas áreas verdes.

Na linha de argumentação quanto à importância do projeto, são citados dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Nova Iguaçu (Semadetur) (Trecho 4);

**Trecho 4:** “66% da área total da cidade reúne unidades de conservação, como áreas de proteção ambiental, reservas e parques.” (EXTRA ONLINE, 2017).

No Trecho 5, é apresentada uma fala da Semadetur, que pondera sobre uma das Unidades de Conservação de Nova Iguaçu, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

**Trecho 5:** “... o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, onde fica a sede da Fazenda Dona Eugênia, uma construção histórica. Apesar da beleza, o local sofre com a favelização em suas vias de acesso.” (EXTRA ONLINE, 2017).

Nesse excerto, a área verde da Baixada Fluminense é representada de forma descolada do contexto socioambiental, em que a “favelização” é colocada em contraponto a beleza do lugar. A palavra “favelização” invisibiliza e desconsidera os sujeitos, os moradores da região favelizada, que tem seus direitos sociais básicos negados, ao mesmo tempo em que gera nesses indivíduos um status de problema ou ameaça ao desenvolvimento turístico.

A análise discursiva realizada nos dois textos possibilitou identificar como são divulgadas as informações acerca do tema das áreas verdes na Baixada Fluminense. Através dessas análises, podemos refletir sobre subsídios para ações de educação ambiental que contribuam para uma compreensão ampliada do tema para além da dimensão turística. Observamos que a BF e as suas áreas

verdes foram representadas de forma homogeneizada, o que torna imperiosa a necessidade de divulgar as especificidades e particularidades de cada município que compõem a região, atentando para as dimensões históricas, sociais, econômicas e políticas, sobretudo para os moradores da região. Ressaltamos ainda a importância de divulgar o tema das áreas verdes, não apenas do ponto de vista turístico, ou mesmo, biológico. Nesse sentido, a Educação ambiental crítica, pelo seu caráter crítico e problematizador, e por compreender o ambiente em suas complexidades (englobando as relações e interações de base social e natural) (OLIVEIRA e GUIMARÃES, 2014), possui papel relevante, visto que permite contemplar essas áreas verdes, considerando os interesses sociais, políticos e culturais relacionados a essas.

### **Apontamentos para a educação ambiental crítica: áreas verdes para quem?**

Ambos os textos representam discursivamente os municípios da Baixada Fluminense de forma homogeneizada com relação às áreas verdes. Quanto ao projeto "Baixada Verde", foi empregada a estratégia da universalização para apresentar como desejo de todos o que na realidade interessa a apenas alguns indivíduos ou grupos, especialmente ao setor turístico. As áreas verdes foram representadas majoritariamente por seu potencial ecoturístico, sendo ignorada sua importância socioambiental e em termos de saúde pública.

A divulgação do novo nome desacompanhada de ações de cunho socioambiental em todos os municípios do projeto preocupa pela possibilidade de tornar ainda mais sutis as desigualdades sociais e as injustiças ambientais impostas aos moradores da região. A não divulgação das peculiaridades de cada município é importante àqueles que desejam a manutenção do sistema vigente e desigual.

É fundamental ressaltar que consideramos imprescindível a divulgação de informações acerca das áreas verdes na região da Baixada Fluminense e os seus atributos naturais. Entretanto, assinalamos também a relevância de que a compreensão da temática não ocorra de forma dissociada das dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais, evidenciando os inúmeros casos de

injustiça ambiental e problemas sociais (como violência, falta de saneamento básico, por exemplo) envolvidos no acesso e na preservação das áreas verdes nas diversas partes dessa extensa e diversa região, que carece de um olhar mais sincero e acurado, como é o caso por exemplo, da inexistência (ou insuficiência) velada de áreas verdes na cidade de São João de Meriti.

Dessa forma, reiteramos que não condenamos o incremento na catalogação das áreas verdes e o investimento no turismo, mas, o reducionismo em considerá-las apenas pelo potencial ecoturístico, deixando de lado aspectos fundamentais, sociais, ecológicos e de saúde pública. Ações em educação ambiental, especialmente voltadas aos cidadãos da Baixada, para sua apropriação e conservação são essenciais para trazer à população o conhecimento científico em prol da discussão e mobilização social.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henry. Meio Ambiente e Justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva. In. ACSELRAD, Henry; HERCULANO, Selene ; PÁDUA, José Augusto. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 23-39, 2004.

ALMEIDA, Douglas Monteiro; FERNANDES, Carlos Leonardo Gomes. Um olhar sobre o planejamento e desenvolvimento do município de São João de Meriti/RJ. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 2, n. 13, p. 26 - 42, 2014.

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.

BERG, Tiago José. Geografia e Heráldica: Lendo a representação da paisagem nos brasões de armas dos Estados brasileiros. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, p. 123-133, 2015.

CAVALHEIRO, Felisberto, et al. Proposição de terminologia para o verde urbano. **Boletim informativo da SBAU**, v. 7, n. 3, p. 7, 1999.

CARVALHO, Andrea Melo de. **Áreas verdes em Teresina-PI**: aspectos legais, ambientais e de gestão. 2015. 202 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015.

CARVALHO, Vilson. Sérgio de. **Educação ambiental urbana**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008.

CHIAPELLO, Eve; FAIRCLOUGH, Norman. Understanding the new management ideology. A transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and the new sociology of capitalism. **Discourse & Society**. v. 13, nº 2, p. 185 – 208, 2002.

REIS, P.T.B, NASCIMENTO,G.V.S. | Áreas verdes para quem? reflexões sobre a divulgação do tema "áreas verdes na baixada fluminense" em notícias da internet

CRUZ, Ana Carolina Costa Lemos. **Educação Ambiental no entorno da REBIO de Tinguá**: ferramenta de Divulgação Científica. Trabalho de Conclusão (Curso especialização em Educação e Divulgação Científica do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Divulgação Científica.) do IFRJ / Campus Mesquita, 2015.

DESA, United Nations. **World urbanization prospects**, the 2018 revision. Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, 2018.

ENNE, Ana Lucia Silva. Fluxos e interações da rede de memória e história na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**, p. 37-52, 2003.

ERNSTSON, Henrik et al. Scale-crossing brokers and network governance of urban ecosystem services: The case of Stockholm. **Ecology and Society**, v.15, 28 p., 2010.

EXTRA ONLINE . Com diversas áreas verdes, Baixada Fluminense entra no roteiro de ecoturismo do estado. **Extra Online**, Rio de Janeiro, 16 Ago. 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/com-diversas-areas-verdes-baixada-fluminense-entra-no-roteiro-de-ecoturismo-do-estado-21709987.html> > Acesso em: Mai. 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. Routledge. 2003.

\_\_\_\_\_. Semiose, mediação e ideologia: uma visão dialética. **Revista Parágrafo**. v. 4, n. 1. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/375> Acesso em: 08 de julho de 2017.>

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, 2008.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, 6. Anais. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo - Campus Ribeirão Preto, 2011.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira. et al. As áreas de Piracicaba. **Anais do III Encontro Nacional sobre arborização Urbana**. Curitiba, 1990.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. **Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, v. 1, n. 1, p. 125-139, Jan/Jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Edusp. 2010.

MACIEL, Ana Maria Becker; SILVA, Patrícia Varriale. A metáfora na terminologia ambiental. In: **Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento** (4.: 2011: Porto Alegre). Anais. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2011.

MELO, Iran Ferreira. Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 40, n. 3, p. 1335-1346, 2011.

O DIA. **Baixada Verde**: Região vai ter incentivo no ecoturismo. Disponível em: [https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/rio-de-janeiro/2017-08-13/baixada-verde-regiao-vai-ter-incentivo-no-ecoturismo.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-08-13/baixada-verde-regiao-vai-ter-incentivo-no-ecoturismo.html). Acesso em: Nov. 2018.

OLIVEIRA, Aline Lima; GUIMARÃES, Mauro. Da práxis participativa à educação ambiental Crítica: análises de propostas formativas de educadores ambientais da baixada fluminense. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 2014.

QUEIROZ, Edileuza; FREIRE, Laísa. Análise Crítica do Discurso: Um marco teórico-metodológico para pesquisas em educação em ciências. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 7, n. 1, 2014.

REIS, Paula Thaise Bermudez dos. **A Baixada é verde?**: reflexões sobre a divulgação do tema “áreas verdes na Baixada Fluminense” em notícias da internet. – Rio de Janeiro: Mesquita, 2018- 2019.54 p.Trabalho de Conclusão (Curso especialização em Educação e Divulgação Científica de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Divulgação Científica.) do IFRJ / Campus Mesquita - RJ, 2019

RIO DE JANEIRO. **Caderno Metropolitano**. v. 3 Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Caderno03-Cartografia-Camara.pdf> Acesso em: Fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Plano estratégico incrementa turismo na Baixada Verde**. 2018. Disponível em:<<http://www.governoaberto.rj.gov.br/noticias/2018/03/plano-estrategico-incrementa-turismo-na-baixada-verde>> Acesso em: Mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.558, de 5 de outubro de 1965.

SANCHES, Patrícia Mara. **De áreas degradadas a espaços vegetados**. Editora Senac São Paulo, 2014.

SCIFONI, Simone. **O verde do ABC**: reflexões sobre a questão ambiental urbana. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 1994.

REIS, P.T.B, NASCIMENTO,G.V.S. | Áreas verdes para quem? reflexões sobre a divulgação do tema "áreas verdes na baixada fluminense" em notícias da internet

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SILVA, Allan Deyvid Pereira; DOS SANTOS, Andre Ferreira; DE OLIVEIRA, Lucicleia Mendes. Índices de área verde e cobertura vegetal das praças públicas da Cidade de Gurupi, TO. **Floresta**, v. 46, n. 3, p. 353-362, 2016.

SILVA, Lucia Helena Pereira. De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 3, n. 5, p. 47-63, 2013.

SILVA, Luzia Rodrigues da. O discurso da professora: representação e transitividade. **Anais do SILEL**, v. 1, 2009.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita: Editora Entorno, p. 1-358, 2011.

TOLEDO, Fabiane Santos; SANTOS, Douglas. Gomes. Espaço Livre de Construção – Um passeio pelos Parques Urbanos. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 7, n. 2, p.10-23, 2012.

UFRRJ, **Entrevista**: Observatório da Baixada Verde. Disponível em: <https://portal.ufrrj.br/entrevista-observatorio-da-baixada-verde/> . Acesso em: Março, 2020.

VENTURA, Gabriela. **Da dissimulação das relações de dominação às possibilidades de superação da crise socioambiental**: uma análise discursiva das finalidades da educação em ciências. / Gabriela Ventura da Silva do Nascimento. – Rio de Janeiro: UFRJ/NUTES, 2017. 192 p.

VENTURA, Gabriela.; FREIRE, Laísa. Discursos sobre justiça ambiental: fortalecendo sentidos emancipatórios nas práticas da educação em ciências. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 10, n. 3, 2017.

\_\_\_\_\_. A Educação em Ciências e os discursos sobre ciência e tecnologia: contribuições para o debate ambiental. **Tecné Episteme y Didaxis TED**, 2018.

WHO, **Urban green spaces**. Disponível em: <<https://www.who.int/sustainable-development/cities/health-risks/urban-green-space/en/>> . Acesso em: Jun. 2019.

WOLCH, Jennifer. R.; BYRNE, Jason; NEWELL, Joshua. P. Urban green space, public health, and environmental justice: The challenge of making cities 'just green enough'. **Landscape and urban planning**, v. 125, p. 234-244, 2014.